



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

O 15 de novembro na imprensa carioca

Camila de Freitas Silva¹

Resumo

A Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, levou ao fim a monarquia que, desde a independência, se mantinha no Brasil. O presente artigo tem como objetivo mostrar a repercussão da Proclamação da República em alguns jornais cariocas. Para tal fim, analisaremos a notícia da proclamação publicada em seis jornais de grande circulação no Rio de Janeiro: *O País*, *Jornal do Comércio*, *Revista Ilustrada* e *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio* e *Tribuna Liberal*. O intuito dessa análise é mostrar como o discurso construído por tais jornais era favorável, ou ao menos não se mostrava totalmente contrário, ao processo de mudança de governo, criando um discurso positivo e mesmo incentivador da república.

Palavras chave: Rio de Janeiro, Imprensa, Proclamação da República

Abstract

The proclamation of the Republic, on November 15, 1889, brought to an end the monarchy, that since the independency, remained in Brazil. This article aims to show the impact of the Proclamation of the Republic in some newspapers in Rio. For that, we'll analyze the proclamation news published in six major newspapers in Rio de Janeiro: *O País*, *Jornal do Comércio*, *Revista Ilustrada*, *Gazeta de Notícias*, *Cidade do Rio* e *Tribuna Liberal*. The purpose of this analysis is to show how the discourse constructed by these newspapers was favorable, or at least not totally contrary to the government changing process, creating a positive speech and even encouraging the republic.

Keywords: Rio de Janeiro, Press, Proclamation of the Republic

A Proclamação da República no dia 15 de novembro de 1889 levou ao fim a monarquia que desde a independência se mantinha no Brasil. Para os republicanos foi um passo inevitável, para os monarquistas, a triste inserção do Brasil no quadro latino-americano, marcado pelo protagonismo dos militares.² Por sua vez, do povo temos a visão do “bestializado” – a tão difundida frase do jornalista republicano Aristides Lobo - sem entender o que ocorria e mais recentemente, a partir do livro de José Murilo de Carvalho³, de bilontra, que não se manifestou por vontade própria, por saber que também estaria vetada a sua participação no plano político-institucional.

A instauração da república no Brasil se deu a partir de um golpe militar, ou melhor, fruto da ação de alguns militares, sendo que não havia uma unidade ou consenso entre eles. Apesar de algum número de republicanos civis, estes estiveram ausentes do evento. Citando

Celso Castro, no livro *A Proclamação da República*: “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO, 2000, pp. 61-62). Apesar de um golpe militar, a mudança do regime monárquico para o republicano ocorreu sem maiores contratempos e dificuldades. Da noite para o dia a Monarquia havia sido derrubada e a família real havia partido para o exílio, e é certo que um evento dessa magnitude seria exaustivamente explorado pela imprensa.

O fim de um regime político não ocorre de uma hora para outra, ao acaso, o Império já vinha perdendo prestígio há algum tempo. As constantes eleições fraudulentas; as reações dos militares após a guerra do Paraguai, que queriam mais direitos e maior reconhecimento; a abolição da escravidão (1888), que se por um lado agradou a muitos, por outro desagradou a boa parte dos grandes fazendeiros do Vale do Paraíba fluminense; e a resistência para implantar reformas foram questões que ajudaram nesse processo. Ainda assim, a República não era inevitável como afirmam determinadas interpretações historiográficas, ao contrário, foi um golpe audacioso, envolvendo certo risco político.

A *Revista Ilustrada*, por exemplo, importante periódico publicado na Corte, à época, publicava muitas caricaturas explorando a idade de D. Pedro II. As caricaturas sempre traçavam um paralelo entre a velhice do imperador e do Império, procurando relacionar a suposta incapacidade de Pedro II para governar, devido à idade e a doença.

Mesmo com menor prestígio que no passado, o Império mantinha parte de sua força, especialmente pela presença do imperador que era adorado por muitos. Era incerto o resultado do golpe e mais ainda o plano a seguir em caso de vitória. Para Castro “o elemento surpresa e a falta de reação do governo levaram ao sucesso do golpe e desencorajaram possíveis reações contrárias” (CASTRO, 2000, p. 76), o que não significa dizer que não houve reação contra a proclamação. Há notícias de revoltas na Bahia, no Mato Grosso, no Desterro, atual Florianópolis, entre outras localidades do país.

Os monarquistas, divididos em restauradores - que queriam a volta do regime monárquico - e adesistas - que apesar de monarquistas, aceitaram a instauração da república - formavam um grupo que esteve sempre envolvido nas questões políticas nos primeiros anos republicanos, dificultando a consolidação do novo regime. Confiavam na possibilidade de rearticulação da sua força política diante das eleições para a Constituinte e queriam, por meio de um plebiscito, levar o povo a não referendar a ação dos militares que instauraram a república, torcendo para que as crises republicanas levassem ao fim do regime e à restauração

do anterior. Para além das questões concernentes à república, existiam as questões sobre a própria restauração. Era preciso lidar com o problema da sucessão monárquica, com a falta de reação do antigo governo, principalmente de Pedro II, diante da proclamação da república e, ainda, com o fracasso do último gabinete monárquico. (OLIVEIRA, 1989, p. 175)

Vale lembrar ainda a já mencionada falta de unidade entre os militares, o que levou também à falta de unidade na questão de um plano político-institucional a ser seguido. Citando Renato Lessa, em seu livro *A Invenção Republicana*, o Brasil acordou “sem ter qualquer resposta institucional a respeito de si mesmo” (LESSA, 1999, p. 70), ou seja, romperam com as instituições imperiais e em seu lugar ficou por muito tempo, na falta de um novo modelo institucional, a incerteza. A república foi instaurada, mas ainda precisava ser consolidada, legitimada e institucionalizada. Era preciso preencher o vazio instaurado pelo novo regime, que visava se sobrepor a um passado de longas décadas. Um longo processo que se iniciava e que, para Renato Lessa, só se concretizou com Campos Sales e a política dos governadores.

Na historiografia existem diversas interpretações para os primeiros anos republicanos. Como exemplos de trabalhos mais contemporâneos, destacamos: Angela de Castro Gomes – *O 15 de Novembro* (2002); Renato Lessa – *Invenção Republicana* (2ª edição, 1999); José Murilo de Carvalho – *Os Bestializados* (1987) e Emília Viotti da Costa – *Da Monarquia à República* (2007). Já na historiografia mais tradicional, temos José Maria Bello – *História da República, 1889-1954* (8ª edição, 1983); Leôncio Basbaum – *História sincera da República, de 1889-1930* (1957); e Rocha Pombo – *História do Brasil; volume V: A República* (1911).

Considerando-se as diferenças entre as teses, os três últimos autores consideram a Proclamação da República como um evento inevitável, quase natural, o que diminui a importância do acontecimento, uma vez que inserido numa história linear, onde cada acontecimento está interligado levando a um determinado fim. O autor que vai romper com essa ideia de inevitabilidade é Celso Castro, com sua tese resumida no livro *A Proclamação da República*, obra na qual ele resgata o 15 de novembro e a importância do evento em si. Segundo Castro,

o fácil sucesso do golpe republicano coloca algumas armadilhas à nossa percepção histórica do evento. Poderíamos imaginar que a República era inevitável, uma etapa necessária da ‘evolução’ da sociedade brasileira. Também seria fácil pensar que os principais protagonistas do movimento (...) atuaram de forma unida e coesa. Se assim tivesse sido, seria fácil explicar a falta de reação por parte do governo e o modo indiferente com que a maioria da população assistiu aos acontecimentos (CASTRO, 2000, p. 8).

Na historiografia contemporânea os trabalhos apontados trazem visões diferenciadas dos primeiros anos republicanos. Ângela de Castro Gomes compreende a fase inicial da República como marcada pela incerteza política e por disputas que iam além das oposições entre monarquistas e republicanos. Existiam também, segundo a autora, as disputas entre os próprios republicanos que discordavam sobre a organização do novo regime e seu funcionamento.⁴ A autora interpreta esse período como anos de profunda aprendizagem política, nos quais os homens formados ao longo do império, ainda estão aprendendo a viver e construir a república na república, aproveitando o que era possível das práticas do império.⁵

Renato Lessa assinala os primeiros anos republicanos como anos entrópicos, sendo a idéia de entropia entendida pelo autor como uma associação entre estado de anarquia e um elevado grau de incerteza, devido à quebra dos canais de integração entre *pólis*, *dêmos* e governo, quando abandonada a estrutura monárquica de organização do espaço público.⁶ Segundo Lessa, “o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política”, com isso “as questões institucionais e formas de regulação, de alguma forma resolvidas pelo Império, ficaram submetidas a um estado de mundo caótico, que continha uma multiplicidade de ordens possíveis.” (LESSA, 1999, p.74)

José Murilo de Carvalho, em seus livros *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* (CARVALHO, 1987) e *A Formação das Almas: imaginário da República no Brasil* (CARVALHO, 1990), aponta a existência de diferentes projetos para o país e de uma profunda desorganização política. Estes projetos variavam entre os que apoiavam o individualismo da democracia formal; os influenciados pela revolução francesa, preocupados com a igualdade social; os positivistas, defendendo um Estado centralizador; e os partidários de um movimento atuante dos trabalhadores. Além disso, outro ponto importante da tese do autor é a falta de participação popular na Proclamação por uma auto-exclusão do povo, que não via na República possibilidades efetivas de um aumento da participação popular.

Por fim, Emília Viotti da Costa, propondo um revisionismo historiográfico, critica a historiografia tradicional dos primeiros anos republicanos, considerando-a repetitiva e superficial. Segundo a autora, tais análises apoiavam-se nas primeiras versões que surgiram após a proclamação – a monarquista e a republicana – que, focando-se nos personagens e sua atuação, não apresentavam uma análise do processo que levou ao fim da Monarquia. Para a

autora o “movimento resultou da conjugação de três forças: uma parcela do exército, fazendeiros do Oeste Paulista e representantes das classes médias urbanas (...) momentaneamente unidas em torno do ideal republicano” (COSTA, 2007, p. 491). Porém a instauração da República só foi possível devido à mudanças estruturais de ordem econômica e social que enfraqueceram as bases do regime monárquico e levaram parte da população a se converterem às idéias republicanas ou serem indiferentes a elas.

A mudança de um sistema para o outro também implica na reorganização não só política como também social. É necessária a montagem de uma nova memória nacional, novos símbolos de coesão, formas de legitimar o novo regime, apesar do modo como se deu - um golpe por parte dos militares. E na construção desse imaginário social e na divulgação da nova ordem a imprensa tem seu papel.⁷

Nas páginas dos jornais um discurso sobre o acontecimento ia sendo escrito, ainda que a posição destes, a favor ou contra, já estivesse definida. Uma história móvel que ainda caminhava para o estabelecimento dos símbolos que permaneceriam. Heróis são exaltados – muitos deles não permanecendo na futura versão oficial. A versão do acontecimento vai se delineando conforme as notícias que chegam. É o presente se fazendo e se tornando passado. Nesse movimento “cada momento presente e cada crise ou mudança na sociedade permitem que se construa uma nova tradição, definindo que eventos e pessoas devem ser lembrados e quais devem passar ao esquecimento”. (OLIVEIRA, 1989, p. 174)

A investigação dos símbolos republicanos e do imaginário da República no Brasil foi feita por José Murilo de Carvalho, em seu livro *A formação das almas*. O autor analisa os projetos e símbolos republicanos em disputa, tanto os que se perpetuaram quanto os que não ganharam grande importância, buscando quais armas foram utilizadas para a legitimação do novo regime e quais os resultados alcançados.

Quanto ao calendário festivo instaurado pela república, Lúcia Lippi Oliveira apresenta um interessante artigo, já citado, intitulado *As festas que a República manda guardar*. Nele, a autora trabalha o calendário de festas instituído pela república, apontando as festas como importante elemento unificador na construção da nação e de uma tradição. Segundo Lippi “os republicanos instituíram suas festas procurando estabelecer uma continuidade com eventos históricos passados; valorizaram a lembrança de feitos e heróis até então perdedores.” (OLIVEIRA, 1989, p. 175)

Por fim, outro trabalho que vale citar a respeito da memória republicana é o de Carla Siqueira, *A imprensa comemora a República: o 15 de novembro nos jornais cariocas - 1890 /*

1922. A autora destaca a “potencialidade pedagógica” da imprensa nesse movimento de invenção de tradições e “sua função social como formadora da opinião pública”. (SIQUEIRA, 1998, p. 2)

A memória republicana foi construída principalmente com base na negação da tradição monárquica, na oposição entre monarquia e república, atraso e modernidade. Nomes de ruas e praças foram trocados, monumentos foram inaugurados, edificações – como a Cadeia Velha – foram demolidas. Buscava-se então o ideal positivista civilizatório e a república figurava como único modo de alcançá-lo. José Murilo de Carvalho trabalha bem o discurso positivista e seu ideal de civilização.⁸ Era preciso apagar a mácula colonial e imperial do país e conduzi-lo em direção à equiparação com a Europa, modelo ocidental de civilização. Era preciso esquecer o passado e rumar para o futuro.

Nesse contexto a divulgação da imprensa é de central importância. É a partir dela que a população é informada, é por ela que se fica sabendo dos ecos da proclamação por todo o país. É ela um dos terrenos de disputa da nova memória nacional.

Veremos então de que maneira a Proclamação da República aparece nos principais periódicos do Rio de Janeiro, então capital do Brasil e, portanto, epicentro do acontecimento. Analisando o tratamento dispensado pelos jornais à própria mudança de regime e aos primeiros dias de sua vigência, podemos perceber, pela maneira como constroem as notícias publicadas, se são contrários, favoráveis ou neutros.

É interessante notar como, dependendo da inclinação política do periódico, o mesmo evento em questão pode ser narrado de diversas formas. Pode ser enaltecido como luz de esperança e liberdade que finalmente vem romper com um Império autoritário e decadente, ou desacreditado como golpe militar ilegítimo que vem subverter a ordem estabelecida. Num caso, então, vemos a notícia de uma cidade em festa, de uma população vibrante, que não pode conter sua alegria. No outro, nos é retratada a imagem de uma cidade tomada de “profunda tristeza”, onde a população consternada oscila entre a “surpresa, a consternação, o luto”. Uma vez que o posicionamento político do jornal influenciava diretamente a seleção e a apresentação das notícias e a forma em que eram publicadas, apresentaremos primeiramente algumas informações sobre os jornais pesquisados.

Sobre o *Jornal do Commercio* Nelson Werneck Sodré, no livro *História da Imprensa Brasileira*, apresenta uma descrição feita por Alcindo Guanabara acerca do periódico:

o Jornal do Comércio não é partidário, mas pesa deliberadamente na concha das instituições. É conservador nesse sentido; é moderado, em todos os sentidos. Como sempre, não encontraremos o eco dos clamores partidários; mas acompanharemos com

mais detalhes, recebendo, talvez, impressões mais nítidas os fatos que nos constituem a vida. (SODRÉ, 1999:218)

O Jornal do Comércio foi fundado em 1º de outubro de 1827 por Pierre Plancher – um francês que se estabeleceu no Brasil, saindo de seu país por motivos políticos – sendo o mais antigo jornal em circulação na cidade (SODRÉ, 1999). E ainda que um jornal mais voltado para o comércio também trazia as principais notícias do dia e era um dos maiores jornais e mais lido da cidade. Para Sodré o jornal foi a expressão do conservadorismo que dominou a imprensa na segunda metade do século XIX, sendo um dos poucos jornais que sobreviveria ao crescimento efêmero de periódicos após a independência do Brasil. Segundo Marialva Barbosa, o *Jornal do Comércio* não tinha aspiração de ser popular,

fazendo questão de acentuar o seu trânsito entre a classe dominante – orgulhava-se de ser “o jornal das classes conservadoras, lido pelos políticos, pelos homens de negócio, pelos funcionários graduados” – o Jornal do Commercio era o periódico mais caro do Rio. (BARBOSA, 1996:58-59)

Já a *Gazeta de Notícias*, outro periódico que alcançou grande sucesso, tinha um perfil liberal e popular. Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense no Brasil, comparando a *Gazeta de Noticias* com o *Jornal do Commercio* afirma que:

A *Gazeta de Notícias* em muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras. (...) Nas questões que debate, sua opinião é em geral decisiva. (SODRÉ, 1999:289)

Foi fundada em 1875⁹, por Ferreira de Araújo, “homem de iniciativas saneadoras, tendo reformado a imprensa do seu tempo, para dar espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pelas misérias e mesquinharias da política” (SODRÉ, 1999:224). Proclamava-se um jornal independente, não sendo filiado a grupos ou facções políticas.

Segundo Marialva Barbosa, a *Gazeta de Noticias* iniciou a forma de “jornal barato, popular, fácil de fazer” (BARBOSA, 1996:61), empregando escritores queridos do período. Proclamava-se um jornal independente, não sendo filiado a grupos ou facções políticas. Tinha como destaque seu enfoque na literatura. Estavam entre os seus principais colaboradores Bilac, Guimarães Passos, Coelho Neto, Pedro Rabelo e Emílio de Menezes.

Quanto ao *O País*, começou a circular no dia 1º de outubro de 1884 e tinha como diretor e redator chefe Quintino Bocaiúva. O proprietário era João José dos Reis Júnior, o

Conde São Salvador de Matosinhos, que ajudava o jornal financeiramente. Sobre Bocaiúva, Nelson Sodré resalta que era um republicano convicto,

com os maiores e mais antigos serviços à causa do novo regime, em cuja propaganda se empenhara desde os tempos de estudante, e a cujos princípios ficou fiel ao longo de toda a sua existência, como político e como jornalista. (SODRÉ, 1999:288)

A respeito do jornal, Marialva Barbosa resalta: “era uma publicação modesta, de quatro páginas, ocupadas por artigos de cunho opinativo” (BARBOSA, 1996:69). Somente mais tarde, em 1905, quando adotou as mudanças gráficas e editoriais, já realizadas por muitos jornais, aumentou o número de suas páginas.

Sobre *A Revista Ilustrada* foi um periódico que alcançou grande sucesso na imprensa carioca, “não havia casa em que não penetrasse a Revista, e tanto deliciava as cidades como as fazendas” (SODRÉ, 1999:249). As ilustrações de Ângelo Agostini eram acompanhadas de um sentido político, o que “engrandeceu suas criações” (SODRÉ, 1999:250). O ápice de seu talento se deu na campanha pró abolicionismo intensamente realizada pela revista.

A Revista foi fundada em 1º de janeiro de 1876. Aparecia aos sábados e era vendida a 500 réis o exemplar, com assinatura anual de 12\$000 para a capital e 20\$000 para o interior. Para Sodré,

A Revista foi, além disso, e principalmente, o maior documentário ilustrado que qualquer outro período de nossa história conheceu, só comparável ao que, de outra época, deixaram Rugendas e Debret, na fase anterior ao aparecimento da imprensa ilustrada. (SODRÉ, 1999:250-251)

A marca da Revista era a publicação de charges de Angelo Agostini, que satirizavam a sociedade e os problemas por ela enfrentados. Envolveu-se no movimento abolicionista, sendo a favor da libertação dos escravos, e fez intensas críticas a monarquia e aos gabinetes ministeriais.

Fundado pelo abolicionista José do Patrocínio o jornal *Cidade do Rio* tinha como secretário Emílio Rouede e como gerente Bento Torres. Com o advento da abolição o jornal adquire uma face isabelista, “por curioso entendimento de seu diretor quanto á gratidão política, como se a princesa tivesse libertado os escravos só por si” (SODRÉ, 1999:292). Devido a isso, alguns colaboradores saem do jornal. Posteriormente José do Patrocínio adere à causa republicana.

Por fim, lançada em dezembro de 1888, a *Tribuna Liberal* tinha como diretor-proprietário Antonio de Medeiros. Era o órgão do partido liberal e surgiu da preparação para o Congresso do Partido. Assim sendo era de franco apoio à monarquia. Mesmo com a

proclamação o jornal continuou a circular dirigido por Carlos Laet e publicando severas críticas sobre o novo regime e a forma como foi instaurado. Saiu de circulação em dezembro de 1889 e voltou somente em julho de 1890, sendo em dezembro depredado. A imprensa repudiou o ataque e elaborou um documento assinado por mais de 15 jornais exigindo a punição dos autores do ataque.

A partir da apresentação dos periódicos podemos conhecer um pouco do universo acerca deles. Seus contribuidores, suas linhas de pensamento e atuação e o público que atingiam. Com isso podemos visualizar o impacto que suas notícias causariam. Agora resta-nos ver as notícias publicadas pelos jornais sobre a proclamação da república e os dias que seguiram ao evento, pensando no seu impacto e recepção pela população.

O *Jornal do Comércio*, com um perfil extremamente informativo, apresentou a instauração do regime republicano, porém não emitia opinião sobre os fatos, mas sim buscava sempre versões mais aceitáveis dos fatos e as publicava. Trazia nas notícias, sempre que possível, os horários exatos dos acontecimentos. A grande preocupação aparente do jornal é com a manutenção da ordem e da tranquilidade pública. Nos trechos a seguir, podemos ter uma noção de como eram estruturadas as notícias¹⁰:

Às 5 horas da manhã estavam no arsenal da Marinha os Srs. Visconde de Ouro Preto, presidente do conselho, conselheiros Candido de Oliveira e Barão do Ladário, ministros da justiça e da marinha, que para ali haviam ido, avisados de que se preparava algum movimento. Às 5 ¼ desembarcou o batalhão naval (...) Às 5 ¾ começaram a desembarcar forças do corpo de imperiais marinheiros... (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

O marechal, penetrando então no quartel com o seu estado maior, foi (sic) recebido com aclamações pela força ali postada e pouco depois, acompanhado por este regressou ao Campo, sendo de novo muito vitoriado.

Foi em seguida o marechal Deodoro à sala onde se achavam os ministros demissionários e expôs longamente os motivos de queixa que o exército tinha do ministério que em sua opinião eram fundadas. Terminando a sua exposição, o marechal Deodoro deu ordem de prisão aos Srs. Visconde de Ouro Preto e Candido de Oliveira.

Instantes depois a artilharia dava uma salva de 21 tiros. (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

Mesmo sendo um jornal de apoio à monarquia, não apresentava qualquer notícia que criticasse diretamente a república, nem mesmo que criticasse a forma como o regime foi instaurado. Como podemos observar nos trechos citados, limitava-se a publicar muito pontualmente os acontecimentos, buscando sempre a imparcialidade. Os únicos artigos de clara opinião encontrados nos jornais eram na parte de publicações a pedidos. Sendo assim, não compartilhavam da mesma opinião do jornal acerca do 15 de novembro, mas traziam

apenas opiniões de leitores específicos. Vale ressaltar um trecho em que o periódico justifica sua posição diante do acontecimento:

Não nos é possível neste momento ser historiador, apreciando os fatos em suas causas próximas ou remotas e emitindo juízo sobre casos que, para justo e imparcial julgamento, exigem a calma da reflexão. Vamos expor simplesmente os acontecimentos de ontem... (*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

Ou seja, para que fizessem juízo do evento era preciso uma calma reflexão, o que não cabia ao momento, uma vez que ainda estava acontecendo e não se tinha uma dimensão completa das causas e consequências das ações recentes.

Já a *Gazeta de Notícias* mostrou-se claramente a favor do ocorrido. Em seus artigos, louvava a mudança de regime e as ações dos republicanos e militares. Em sua primeira publicação sobre o evento preocupou-se especialmente em registrar que a ligação entre o exército e a monarquia já não existia mais. No dia 16 de novembro, a *Gazeta*, relatando o acontecimento, publicou:

Toda força militar achou-se ontem unida em um pensamento único: o ministério foi deposto por intimação do Sr. Marechal Deodoro da Fonseca, e os gritos de viva à república ecoaram durante o dia na cidade inteira. Está quebrada toda e qualquer ligação entre o exército e a monarquia, pelo fato da unanimidade com que aquele se manifestou, e porque em questão d'esta ordem não se volta, depois de ter chegado a certo ponto (*Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro 16/11/1889 p.1)

Continuando a leitura da notícia é possível ver que essa quebra de ligação é mais uma vez mencionada. Podemos imaginar que tal insistência se deva ao fato de mostrar que não seria viável restaurar a antiga ordem, uma vez que o exército já não estava mais ao lado da monarquia. Logo, não era mais possível recorrer ao que antes foi um dos pilares do poder monárquico. Sobre a população a *Gazeta* publicou: “o espanto, a surpresa e a ansiedade – eis o que se notava em todos os olhares, em todas as fisionomias¹”.

Os primeiros dias do Brasil republicano e as primeiras ações do novo governo foram saudadas pelo periódico como momentos de grande alegria e de melhoria política. O novo ministério foi visto como uma espécie de salvador para o país que se encontrava com sérios problemas, devido à forma que o antigo regime tratava as questões nacionais. De acordo com os articulistas da *Gazeta*,

A benéfica ditadura que assumiu a gestão dos negócios públicos, em tão poucos dias de brilhante exercício, tem-se já recomendado a benemerência

¹Gazeta de Notícias, 16 de novembro de 1889

pública pela verdadeira orientação patriótica, pelo espírito de justiça, pela retidão e pela enérgica e resoluta gerencia dos interesses pátrios. (...) Jamais governo algum iniciou sobre tão bons auspícios a sua administração; e tal é a confiança que inspiram os primeiros atos ditatoriais, que o espírito público prefere-a às incertezas de resultado de uma consulta eleitoral, tantas vezes estéril, quando não nefasta, como o tem demonstrado a experiência no regime deposto. (*Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 23/11/1889 p.1)

Podemos observar que o jornal inferiu que a nova ordem era – da forma como foi instaurada e sendo mesmo tratada como uma ditadura – preferível à população e haveria de alcançar mais resultados do que a espera, tantas vezes infrutífera, por uma ação da parte do regime monárquico.

Outra campanha feita pelo jornal foi a de exaltação de alguns personagens que ajudaram na proclamação da república como novos heróis nacionais. Major Sólón, Major Serzedello, Menna Barreto e o Tenente Sebastião Bandeira são algumas das figuras mencionadas. Tenente Sebastião e Menna Barreto, cujas histórias foram publicadas juntas, receberam uma matéria de destaque no jornal contando um pouco de suas histórias de vida e o grau de envolvimento no evento. Todos foram apresentados como personagens de destaque na história recente da república no Brasil e o jornal chamou a atenção de que deveriam figurar nos trabalhos sobre o assunto. É interessante pensar que, passado o tempo, nenhuma dessas personagens ficou registrada de fato na historiografia sobre os primeiros anos republicanos. Na primeira tentativa de construção de uma narrativa para o evento, ao longo dos anos, foi se perdendo e dando espaço para uma nova história. Ao terminar o artigo, o jornal afirmou:

Agora a questão é trabalhar, trabalhar afincadamente, com perseverança, com honestidade, com patriotismo, utilizando todas as atividades, pondo em contribuição todas as inteligências, com uma única condição, o abandono completo dos velhos moldes. (*Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 18/11/1889 p.1)

Um caminho foi apontado para a reconstrução da nação nos moldes da nova ordem: o abandono do antigo regime e suas práticas e muito trabalho por parte de todos, ou seja, não só uma opinião foi emitida sobre o acontecimento, mas também uma direção para ser seguida. A proclamação apaga o passado e o futuro passa a ser a meta e a preocupação maior.

Diferentemente do *Jornal do Comércio*, para a *Gazeta* era importante não abrir mão de publicar suas opiniões sobre o acontecimento de 15 de novembro, ainda que os fatos não estivessem totalmente esclarecidos. No dia 16 de novembro de 1889, quando foram publicadas as primeiras notícias sobre a proclamação nos jornais matutinos, saiu na *Gazeta*:

A hora em que traçamos estas linhas, correm ainda boatos desencontrados sobre [ilegível], quer possamos ainda hoje dar aos nossos leitores notícias decisivas,

quer fique ainda alguma coisa para se decidir, nós é que não nos julgamos com o direito de calar o nosso modo de ver as coisas. (*Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

Outro grande “amigo” do governo foi o jornal *O País*. Em suas páginas as notícias relativas à proclamação e aos dias subsequentes exaltaram os militares, a república e o povo, como participantes do acontecimento. Fica clara a simpatia do periódico pela república, apontando para o caráter pacífico e ordeiro do povo fluminense durante a derrubada do regime monárquico.

Comentando o agrupamento das tropas no Campo da Aclamação, durante as horas que se seguiram à queda do gabinete Ouro Preto, o jornal publica:

Não podia ser mais imponente o aspecto que apresentavam as forças de terra e mar, formadas no campo da Aclamação, desde o amanhecer, em frente ao quartel das primeiras, onde, situada a secretaria de guerra, conservava-se os prisioneiros do povo e dos militares o gabinete decaído. (...) Ali permanecendo durante horas, senhora da praça, a força levantava sucessivas vivas à liberdade, à nação brasileira, ao exército e armada, à república salvadora. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

No dia seguinte, 17 de novembro, o jornal publicou um telegrama vindo da Bahia que narrava um conflito envolvendo um grande grupo de monarquistas que, indo para o centro da cidade, encontrou-se com um grupo republicano. O violento enfrentamento acabou resultando em dois mortos e vários feridos:

Depois das 8 horas do mesmo dia [sobre o dia 16], grande grupo de monarquistas, vindo do lado do Campo Grande em direção ao centro da cidade. Ao entrar na praça do palácio encontrou-se com o grupo republicano, sendo travada luta, da qual resultaram diversos ferimentos, morrendo dois indivíduos. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 17/11/1889 p.2)

O mesmo telegrama contou sobre um ataque à casa do médico Manuel Vitorino Pereira, famoso político republicano baiano, que logo depois, no mesmo ano, assumiria o governo do Estado e, mais tarde, seria vice-presidente de Prudente de Moraes.

A casa do Sr. Victorino Pereira, no largo de Nazareth, foi apedrejada e depois guardada pela cavalaria. Correm boatos contraditórios, sendo impossível verificar o que há de verídico. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 17/11/1889 p.2)

De todos os jornais analisados, essa foi a única notícia encontrada sobre um conflito aberto nesses primeiros dias de Brasil república. Além dos trechos já mencionados, uma coluna do jornal merece nossa atenção.

A “Sessão Foguetes” foi uma das colunas que tratou da questão da proclamação e da república nascente no jornal. Contava com uma personagem, Zé Povinho, que representava a população. Em suas linhas, o jornal dialogava com os cidadãos e, em se tratando da república, trazia algumas reflexões que merecem destaque. Em uma das edições, o jornal publica na respectiva sessão:

Zé Povinho ainda está de boca aberta.

Andaram a dizer-lhes há umas dúzias de anos que a república era uma coisa medonha, um bicho danado, com olhos cor de sangue, com baionetas em vez de unhas e punhais em vez de dentes... e o pobre Zé Povinho, o empulhado e sempre crédulo, chegou a ficar com medo, andou escabreado e olhando para os republicanos de soslaio.

Um belo dia – zaz! A república põe a cabeça de fora, e com a cabeça vem todo o corpo... e sai a passeio, e sorri para todos, e espalha flores em vez de derramar sangue... e Zé Povinho fica absorto três dias depois de cair das nuvens, apercebendo-se que a coisa era totalmente diversa do que lhe andaram dizendo tanto tempo. (...) E é por isso que tu andas por essas ruas, há três dias com ares de cético, fazendo considerações mentalmente sobre essa calma absoluta que não traduz absolutamente a transformação radical porque passou a pátria. (...) É por isso que ainda duvidas talvez da realidade das coisas (...) ouvistes dar vivas à república e tocar a Marselhesa, e vistes desfraldar umas bandeiras que não conhecias e arrancar da exposição pública os símbolos monárquicos, e soubestes que se retirou a família imperial e que foram apeados do poder ministros e chefes.... e tudo isso te faz crer num sonho, porque não se parece em nada com o que te contavam. (*O Paiz*, Rio de Janeiro, 19/11/1889 p.1)

Como podemos observar a personagem – representando o povo – aparece como alguém inocente, que acreditou nas mentiras contadas sobre a república e que, quando esta se fez, ficou encantado por ver que nada era como haviam lhe dito. Outro ponto curioso é que Zé Povinho via o que estava acontecendo com certa incredulidade, duvidando do que via, isso por ter sido tanto tempo iludido. Essa face um tanto quanto “incrédula” da população foi pela primeira vez mencionada, mesmo entre os outros jornais que celebraram a república. Todos criaram um discurso que apresentava um povo contente, vibrando com os acontecimentos, mas nunca incrédulo. Mesmo a *Tribuna Liberal*, sendo contra a república, não apresentou um povo que duvidava do que aconteceu, mas sim um povo descontente com o que ocorria.

No dia 27 de novembro, a sessão trouxe outro fato curioso. Tratando sobre a mudança da bandeira do Brasil, publicou:

Era uma vez uma bandeira muito conhecida, laureada em muitos feitos.

Um belo dia, mudada a forma de governo, na terra simbolizada por essa bandeira, o poder de então desmanchou-lhe todos os atributos e criou uma bandeira nova, que apenas conservava da primitiva a disposição das cores.

O povo olhou, mirou, torceu o nariz, e começou a dizer que não gostava daquela idéia. Pois sabe o que aconteceu? Pela primeira vez, nesse país, foi ouvida pelo poder a palavra popular.

Parece mentira, mas não é. O povo falou e foi atendido. Coisa estupenda! Zé Povinho, que não estava habituado a receber essa importância, ficou admirado de si mesmo, perplexo, incrédulo. (...) Então que é isso? O Sol quando nasce é para todos; e, se até ontem andaram tapando-te o sol com uma peneira, foi justamente por tua culpa.

Tu fostes sempre um sujeito tão bonachão... (...) Ficastes habituado a crença de que não vale coisa alguma. (...) Pois não fiques tão admirado assim. *Tempora mutantur*. (O Paiz, Rio de Janeiro, 27/11/1889 p.1)

O que poderia ser encarado como certa resistência da população foi explorado em outra linha. A nova bandeira foi sim rejeitada, mas a grande questão aqui não era a rejeição, mas a república ter ouvido as opiniões e as levado em consideração. Logo, o Zé Povinho acostumado a nunca ser ouvido e a não ter nenhuma importância no regime monárquico, encontrava-se uma vez mais incrédulo por ter sido levado em consideração. Mas os tempos eram outros, “*tempora mutantur*” e no novo regime a população teria voz.

Assim sendo, como podemos observar, a sessão cria uma idéia muito particular dos populares. Eram “bonachões”, que foram iludidos por anos no regime monárquico, desacreditados de sua importância e sem saber o que era ser ouvido. E com a mudança do regime encontravam-se maravilhados com tudo que viam e acontecia, ainda que um tanto desconfiados a princípio, sintomas das ilusões vividas por tantos anos.

O regime havia mudado e as instituições haviam ruído. Restava uma única coisa a fazer:

Desfizemos e vamos agora refazer.
Destruir para construir é o lema moderno.
Desapareceu a monarquia e hoje a forma do governo brasileiro é o da República Americana: o governo do povo, pelo povo e para o povo. (O Paiz, Rio de Janeiro, 17/11/1889 p.1)

Caiu o antigo regime e, para *O País*, era a hora de começar um novo e reconstruir a nação nos novos moldes.

A *Revista Ilustrada* foi outro periódico a celebrar a proclamação da República. Porém, como a *Revista* era publicada somente aos sábados, e a próxima edição, após o dia 16 de novembro, era a do dia 7 de dezembro, estendemos excepcionalmente para este periódico o corte temporal da pesquisa, incluindo esta segunda edição.

Comentando a proclamação, no dia 16 de novembro a *Revista* publicou,

os atos do gabinete 7 de junho e a indiferença da coroa a tantos abusos deram os seus legítimos frutos: foi proclamada a República Federal Brasileira, único regime que convém a nossa pátria e que havia de ser um fato mais hoje mais amanhã. (*Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, 16/11/1889 p.1)

Há tempos reclamando dos atos da monarquia, a revista viu a proclamação como uma consequência dos “abusos” do regime decaído. Porém, mais do que isso, a república e a

democracia eram o futuro, o único regime aceitável que poria o Brasil nos trilhos da modernidade.

Ainda no dia 16 de novembro, o periódico publicou uma charge que mostrava o visconde de Ouro Preto ajoelhado, entregando a coroa à Marianne² – figura feminina usada como alegoria para a república na Revolução Francesa – ou seja, entregando o poder à república. Além disso, publicou uma folha contendo ilustrações de todos os novos ministros.

Na edição seguinte, em 7 de dezembro, foi feita uma interessante consideração acerca da história do país.

Belíssimos quadros tem oferecido nosso país, à contemplação do mundo, com a sua independência, com o dia 28 de Setembro e com a abolição decretada em meio de festas. Restava, porém, a coroação de todos esses heroísmos de um povo nobre, calmo e generoso.

Restava a coroação de todas essas grandes conquistas do progresso: restava a apoteose. Esta, finalmente, realizou-se a 15 de Novembro, enchendo de desvanecimento os corações brasileiros e assombrando o mundo. (*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 07/12/1889 p.1)

Ou seja, a república seria o último degrau do progresso, iniciado com a independência e seguido pela abolição. E mais do que isso, o Brasil impressionava todo o mundo por ter alcançado o progresso de forma tão pacífica, sem guerras. Na continuação da matéria, a *Revista* exaltou a queda da monarquia, única ainda em curso na América, e saudou a tão esperada república e, por consequência, a inserção do Brasil no quadro das repúblicas americanas.

Era um encanto observar como progredíamos a olhos vistos e tanto, que alguém assustando-se com esse avançar prodigioso para todas as conquistas da liberdade, tentou pôr um cravo à roda do progresso, com o ministério 7 de junho.

Uma grande maré de civismo avolumou-se do seio das classes mais patrióticas, rodeou o velho trono e, de onda em onda, de crista em crista, cuspiu-o nas plagas da Europa, d'onde nos viera, libertando a América da única testa coroada, que servia de dique à realização da sua unidade republicana. (*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 07/12/1889 p.1)

A matéria publicada chamava atenção também para outro fato, a existência de ideias contrárias à república.

Evidentemente, todos os que estavam nas boas graças da monarquia e do passado governo, não podem ver com bons olhos a atual ordem de coisas, que lhes aboliu os privilégios, pondo-os em pé de igualdade com todos os outros brasileiros. (...)

² José Murilo de Carvalho em seu livro *A formação das almas* faz uma interessante análise dessa alegoria. Para mais informações ver: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Cap. 4

Hoje não! Os cargos, as honras, a própria glória estão no extremo limite de uma estrada franca e que todos podem trilhar. Quem tiver força, quem tiver talento, quem tiver mérito, quem tiver serviços, é fazê-lo valer. (*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 07/12/1889 p.1)

E alerta ainda:

Todos esses, não se poderão resignar-se nem servir com sinceridade um regime que os sacrifica, preferindo-lhes o mérito. (...) Grande perigo será pô-los de sentinela em postos arriscados ou confiar-lhes a guarda das fortalezas, por outros conquistadas, a seu pesar. É mister experimentar a solidez desses laços, que estabelecem conosco lealdade desses protestos de adesão. (*Revista Illustrada*, Rio de Janeiro, 07/12/1889 p.1)

Como podemos observar, não só foi apontada a existência de pessoas que não “vêm com bons olhos” a mudança do regime, como foi ainda colocado que no novo regime cada um conquistaria posição de destaque, ou não, pelos seus próprios méritos e não mais por meio da concessão de privilégios. Apesar disso, era preciso atentar para, na hora de distribuir as funções no novo regime, não confiar a pessoas que antes apoiavam o Império um cargo na segurança dos pontos conquistados, ao menos não antes de ter testado sua lealdade, sob risco de qualquer ato de traição. Esse alerta é interessante também por trazer em questão outro ponto, o das adesões ao regime que solaparam os jornais nos dias seguintes à proclamação. Todos apresentavam suas adesões, mas era preciso prestar atenção, pois elas poderiam não ser verdadeiras.

A charge publicada no dia 7 apresentava vários quadros mostrando situações diferentes, satirizando membros participantes do antigo regime e o jornal *Tribuna Liberal*, que passou à oposição.

Outro importante periódico que exaltou o 15 de novembro em suas páginas foi o *Cidade do Rio*. Todas as publicações sobre a proclamação elogiaram o novo regime e a república como sistema de governo. No dia 18 de novembro, o jornal publicou sua opinião acerca da mudança de regime.

A situação de 15 de novembro é provisória como organização, mas é definitiva como transformação.
Os fatos não podem ainda ser estudados com calma, palpitantes como estão, os despojos dos vencidos, sob a vista do vencedor.
Fora logo ir procurar nos encadeamentos da História, a lógica que produziu a República; bastará recordar as últimas fases da monarquia, para concluir que o imperador queria encerrar, consigo, o império. (*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 18/11/1889 p.1)

Não só o *Cidade do Rio* tomou como definitiva a passagem para a República como tentou mostrar a razão de tal passagem. Para o jornal, as últimas fases da monarquia tiveram

como consequência a alteração do regime. Ou seja, a própria monarquia, com seus atos e atitudes, acarretou o golpe, e os dirigentes do império teriam prejudicado a si mesmos.

Mais a frente, o jornal enfatizou a solidez da recém-proclamada república no Brasil e deu também uma direção:

Trabalhem e obedeçamos. Até agora o Governo provisório tem dado tantas e tão belas provas de moderação, de prudência, de patriotismo, de amor a ordem, que é de dever de todos os brasileiros e de todos os estrangeiros domiciliados no país, - aplaudir, sustentar e obedecer aos homens que acabam, num dia que ficará sendo o maior da nossa História, de dar-nos uma pátria livre, onde possamos viver livremente, e que possamos legar com orgulho aos nossos filhos. (*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 18/11/1889 p.1)

Para o jornal, o governo fazia sua parte, sendo dever dos cidadãos fazer também a deles, ou seja, trabalhar e obedecer àquele que tinha dado tantas provas de que estava no caminho certo. Pelo amor a pátria e a ordem, era preciso colaborar com o novo governo que era digno da posição em que se encontrava.

No dia seguinte, 19 de novembro, o jornal publicou um discurso parecido com o da *Revista Ilustrada*. Assim como *Revista*, o *Cidade do Rio* fez uma ligação entre a proclamação e a libertação dos escravos – vale lembrar que o jornal era abertamente abolicionista e foi um dos importantes meios de divulgação dessas ideias.

Nascemos e crescemos em um segundo, sem abalo nenhum.
Com a libertação do povo brasileiro, deu-se o mesmo que com a libertação da raça negra. (...) Nada alterado. Em tudo, apenas a agitação do despertar e a alegria dos trabalhadores, ao alvorecer, enchendo o campo iluminado com o hino triunfal do trabalho. (*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 19/11/1889 p.1)

Tanto o processo da abolição quanto o da mudança de regime ocorreram tranquilamente, prova da nobreza do país e da população. É interessante como a idéia de libertação aparece ligada a república. Na abolição os escravos foram libertados, na república o povo e os trabalhadores foram libertados. A noção de libertação é aplicada nos dois casos, enfatizando, no segundo os trabalhadores, a comemoração dos homens nas ruas.

Outra questão que merece destaque é que assim como a *Gazeta de Notícias*, o *Cidade do Rio* buscou construir uma narrativa para a proclamação apontando personagens que deviam ser lembrados e exaltados. Como na *Gazeta*, o Major Sólon, o Major Serdezello, foram apontados como heróis nacionais. Também foram citados o general José de Almeida Barreto, o Tenente Villeroy e o Almeida Pernambuco. Além dos artigos sobre tais personagens, o jornal trouxe também um artigo sobre diversos heróis nacionais que representaram o país em momentos decisivos ou com qualidades admiráveis.

A monarquia havia finalmente sido deposta, as instituições monárquicas haviam ruídos e o povo a tudo assistiu, a tudo aceitou. Sendo assim, para o jornal,

O bom êxito das medidas tomadas pelo governo provisório desde o dia 15 até hoje, deve alentá-lo a continuar no mesmo caminho; a maneira pela qual foi recebida pelo povo a deposição da dinastia e do senado, deve provar aos primeiros ministros da República que o país confia neles para cortar pela raiz certas instituições incompatíveis com o recente e popular estado de coisas. (*Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 21/11/1889 p.1)

A reação da população, segundo o jornal, comprovava a confiança no novo regime para fazer as mudanças necessárias para livrar o país das instituições ultrapassadas. Novamente aparece a ideia de libertação, ainda que embutida no discurso. O povo contaria com os novos ministros para dar fim do que não é bom para o país. Ou seja, restava continuar no mesmo caminho aberto pela mudança de regime e construir uma nova nação, moderna e voltada para o progresso.

Por fim, mas longe de ser o menos importante, temos a *Tribuna Liberal*. Periódico abertamente monarquista e que diferente do *Jornal do Comércio*, que também apoiava a monarquia, protestou agressivamente por meio dos artigos publicados nos dias que se seguiram a proclamação. Desde a forma como foi instaurada a república até as ações do novo governo, nada escapava às críticas.

Ao contrário dos outros periódicos analisados a proclamação da república era encarada como um ultraje e uma ação subversiva, contra a ordem e a legalidade, uma vez que foi instaurada por meio de um golpe militar.

No dia 17 de novembro, a *Tribuna Liberal*, sobre a cidade e a população escreveu:

Continuou ontem a cidade imersa em profunda tristeza.
No semblante de todos estava visível a surpresa, a consternação, o luto.
Todos os cidadãos mostravam-se acabrunhados pelos últimos acontecimentos e temiam as violências que se anunciavam por toda parte.
A correria da tropa de instante a instante perturbava(sic) o fúnebre silêncio, ainda mais lutuoso com o fechamento de todas as casas comerciais.
A espaços bandas de música tocavam a *Marselhesa* e vivas sediciosos da população cortavam o espaço. (*Tribuna Liberal*, Rio de Janeiro, 17/11/1889 p.1)

Se os outros periódicos relatavam a alegria que tomou a cidade nos dias que se seguiram ao evento, aqui a imagem era totalmente diferente. Era a tristeza que marcava os dias na cidade. Esse trecho corrobora com a frase de Aristides Lobos sobre o povo estar

bestializado, surpreso com tudo aquilo, conflitando com a idéia de um povo bilontra apresentada por José Murilo de Carvalho³.

Sobre o embarque forçado do imperador para a Europa, a *Tribuna Liberal* considerou um ato de violência e que colaborava para um regime ditatorial e inquisitorial:

O regime francamente ditatorial inaugurado anteontem já começou a pôr em prática as mais cruéis violências contra suas vítimas.

Entre os fatos já sabidos pelo público podemos apresentar dois, que dão nítida idéia dos sentimentos inquisitoriais da nova desordem das coisas.

A prisão de Sua Majestade o Imperador e de toda a família imperial e a do Exm. Sr. Visconde de Ouro Preto e de seu digno irmão o conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo – eis o início da nova era de paz.

De duas uma:

Ou o regime ditatorial tem ou não tem apoio na opinião pública. (...) Sintomas de medo e de nada mais. (*Tribuna Liberal*, Rio de Janeiro, 17/11/1889 p.1)

Enquanto os jornais a favor da república publicavam a notícia da partida do imperador enfatizando a bondade do governo, especialmente pela quantia que seria recebida pela família real, a *Tribuna Liberal* aponta para outra direção. Para os articulistas do jornal, tal ato era um indício da possível falta de apoio da população, levando-o a se livrar da ameaça mais próxima de uma restauração.

Sobre a população, o jornal passou a idéia de um povo que se encontrava, em sua maioria, triste com os recentes acontecimentos, cheio de receio com o fim das instituições.

A Nação, estupefata e receosa, vai assistindo, a cada instante que transcorre, ao baque surdo das instituições, que ruem por terra aos golpes iconoclastas dos demolidores!

O camartelo da destruição não tem repousado um só momento na derrubada geral!

Tudo treme porque tudo teme! (...)

Quando lei, princípios, autoridade, civismo, ordem; quando tudo estiver demolido, será a vez de exterminar o cidadão. (*Tribuna Liberal*, Rio de Janeiro, 23/11/1889 p.1)

No dia 19 de novembro, a *Tribuna Liberal* publicou um alerta:

Os vivos da população que tripudia sobre os despojos do Império ainda ecoam em todos os lares de modo sinistro.

Estão ovantes os vencedores.

Venceram um idoso velho, que não lhe opôs a mínima resistência e que docilmente se encaminhou ao desterro.

Dentro o tropel dos corcéis, que levantam faíscas a sua passagem, o que se distingue porém?

Quem está adornado com os louros da vitória?

O exército?

A armada?

O partido republicano? (...)

³ CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Não o sabemos, ninguém o sabe. (...)
O poder está no acaso.
Não se deixe ofuscar o governo provisório com os ouros e com as adesões
que ora entoam o coro dos amigos da véspera.
Amanhã, se for deposto, os triunfadores do dia serão também cobertos de
flores e carregados nos braços da multidão. (*Tribuna Liberal*, Rio de Janeiro,
19/11/1889 p.1)

Alerta que apontava para uma suposta levandade por parte do povo que aplaudiria quantos regimes tomassem o poder, assim como fizeram com a queda da monarquia.

Por fim, a partir de tudo que foi apresentado podemos observar que diferentes discursos sobre a República estavam sendo criados conforme os dias se seguiam. A *Gazeta*, o *País*, o *Cidade do Rio* e a *Revista Ilustrada* tentaram construir desde o primeiro dia uma imagem positiva da proclamação e da república. Convergindo em alguns pontos, diferenciando-se em outros, a idéia central desses jornais era apresentar um novo regime legítimo, que seria muito melhor que o antigo e no qual os cidadãos podiam confiar. Já a *Tribuna Liberal* buscava exatamente o contrário, ou seja, desconstruir a proclamação, apresentá-la como uma ditadura imposta pelos militares, um ato de desobediência que prejudicava a ordem do país. Por fim, o *Jornal do Comércio*, que se pretendeu neutro na questão, publicando as notícias, estas perdendo o lugar de destaque conforme os dias iam passando, sem dar uma opinião direta sobre o assunto.

Este discurso sobre a república foi construído no calor da hora, seguindo o rumo dos acontecimentos, em volume constante, a cada dia que se passava. Lidando com sua própria efemeridade, visto que a notícia de ontem já era passado, consolidar uma representação sobre o acontecimento era não deixá-lo também virar passado. Era necessário comentário constante, apresentar o máximo de informação possível e manter o assunto em voga. Assim sendo, investindo cada um em uma linha, as transformações foram registradas minuciosamente e interpretadas conforme as idéias de cada periódico.

Ao longo deste trabalho buscamos demonstrar como se deu a construção de um discurso sobre a proclamação da república e como tal discurso, sendo em sua maioria positivo, ajudou a legitimar a mudança de governo ocorrida através de um golpe.

Atualizando as notícias a cada edição, os periódicos buscavam manter a população informada, mas junto a isso apresentavam a sua visão sobre a república e as transformações que estavam em curso. Elogiando, criticando, dando indicações de como agir e elegendo momentos e pessoas que deveriam ser lembradas, os periódicos construíram seus discursos ao

longo dos dias subseqüentes à proclamação, baseado nos fatos e em suas inclinações políticas, dando suporte ou criticando os eventos.

Fontes primárias

Cidade do Rio – Biblioteca Nacional (RJ)

Gazeta de Notícias – Biblioteca Nacional (RJ) / IHGB (RJ)

Jornal do Comércio – Biblioteca Nacional (RJ)

O País – Biblioteca Nacional (RJ)

Revista Ilustrada – Biblioteca Nacional (RJ)

Tribuna Liberal: O órgão do partido – Biblioteca Nacional (RJ)

Referências bibliográficas

BARBOSA, Marialva Carlos. *Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. 1996. 410f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

COSTA, Emília Viotti da Costa. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 8ª Ed., 2007.

DUBY, Georges. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. “Primeira República: um balanço historiográfico”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, nº 4, 1989.

_____; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (coords) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: CPDOC, 2002

GONTIJO, Rebeca; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; ROCHA, Helenice Aparecida de Bastos (orgs) *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2ª Ed., 1999

LESSA, Mônica Leite e FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (org.), *Imprensa, pensamento político e historiografia (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. *7 de setembro de 1822: A independência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890/1922. In: IV Congresso ALAIC *Ciencias de la comunicación: Identidades y Fronteras*. Recife ,1998. Anais... São Paulo: USP, 1999.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹ Mestranda do PPG em História Social da UERJ-FFP. E-mail: camila.defreitas@hotmail.com

² CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000

³ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁴ José Murilo de Carvalho em seu trabalho *A Formação das Almas* aponta e analisa alguns dos projetos de república que estavam em disputa à época.

⁵ GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. (coords) *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira: CPDOC, 2002

⁶ O conceito de polis é entendido, segundo o autor, como o conjunto de atores que, além da posse de direitos políticos formais, ocupam posições privilegiadas na estrutura do poder. Já o conceito de demos diz respeito à parcela da população que possui direitos formais, participando do processo de votação.

⁷ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989.

⁸ Ver CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Cap. 1, 2 e 6.

⁹ Mariava Barbosa aponta como data de fundação 1875, já Nelson Werneck Sodré aponta 1874. Utilizamos a data utilizada por Barbosa por sua pesquisa ser mais recente

¹⁰ A grafia das transcrições foi atualizada mantendo-se a estrutura original da frase.